

irelgov

Instituto de Relações
Governamentais

**AGENDA DE RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

2025-2026

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

É com grande entusiasmo que anunciamos a publicação da segunda edição da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do IRELGOV para o biênio 2025-2026. Este documento é fruto do trabalho intenso e colaborativo de dezenas de associados e associadas, que generosamente dedicaram seu tempo e expertise para fortalecer a missão do instituto como o principal *think tank* de relações governamentais do Brasil.

Esta agenda representa não apenas uma entrega significativa, mas também a expansão da nossa produção de conteúdo e a qualificação das discussões sobre o papel proativo das relações governamentais no cenário atual. Em tempos de mudanças rápidas e complexas, é fundamental que estejamos na vanguarda, oferecendo análises e propostas que refletem a dinâmica da realidade brasileira.

Estamos comprometidos em dar continuidade e fortalecer o legado da gestão anterior e os compromissos assumidos com o Planejamento Estratégico, sempre alinhados às necessidades e expectativas de nossos associados. O IRELGOV aspira ser cada vez mais reconhecido por sua ética e competência na produção e disseminação de conhecimento sobre relações governamentais, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

Trabalharemos em estreita colaboração com nossas associadas e associados, bem como em parceria com instituições congêneres e a academia, mantendo um diálogo constante com os Poderes da República, o setor privado, a sociedade civil organizada e a imprensa.

Desejamos a você uma boa leitura e convidamos todos(as) a se engajar ativamente nas discussões que estão por vir!

Atenciosamente,

Patrícia Nepomuceno

Presidente

Juliana Marra

Vice-presidente

Lara Gurgel

Diretora-Executiva

Imagem da capa: mostra quatro profissionais de relações governamentais em uma reunião de debate, em uma sala com vista para o Congresso Nacional, localizado em Brasília.

Sumário

01

Apresentação

02

Metodologia

03

Diretrizes para produção de conhecimento

Tema 1

Democracia

Tema 2

Partidos Políticos

Tema 3

Participação Política

Tema 4

Profissionalização e regulamentação do *lobby*

Tema 5

Estratégias, táticas e mensuração de resultados de relações governamentais em nível internacional, nacional e subnacional

Tema 6

Transparência, integridade, *compliance* e combate à corrupção

Tema 7

ESG, DEI (diversidade, equidade e inclusão) e sustentabilidade

Tema 8

Política Internacional

Tema 9

Relações públicas, *public affairs* e relações governamentais

Tema 10

Transformação digital das relações governamentais

01 APRESENTAÇÃO



A Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2025-2026 é o instrumento por meio do qual o Instituto de Relações Governamentais (IRELGOV) organiza e prioriza sua produção de conhecimento.

Conforme definido em seu Planejamento Estratégico 2022-2026, o Instituto tem como objetivo gerar e disseminar conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas, focando na profissionalização do setor, no fortalecimento das relações entre os setores público e privado, na promoção de boas práticas regulatórias e na discussão de políticas públicas horizontais, tudo isso com o intuito de elevar a reputação dos profissionais que atuam na área.

Nesse sentido, o IRELGOV estabeleceu que seus projetos destinados à produção de conhecimento serão guiados por esta Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas, desenvolvida e validada em colaboração com os associados e o Conselho Deliberativo. Esta agenda será revisada e publicada a cada dois anos, em sintonia com o ciclo de gestão do instituto.

Esta é a segunda edição da agenda, que destaca os dez temas principais a serem trabalhados pelo IRELGOV no próximo biênio, os quais são detalhados ao longo deste documento.

02 METODOLOGIA



A Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2025-2026 foi desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2024, sob a liderança da Diretora-Executiva do IRELGOV, Lara Gurgel, e do Conselheiro e da Diretora de Conteúdo, Pablo Cesário e Fabiana Marra. Este processo contou com a valiosa contribuição de todos os membros da gestão 2024-2026, além da participação ativa dos associados e associadas do Instituto.

Na primeira etapa do trabalho, foi iniciado um processo de consulta aos membros da gestão atual para identificar novos temas a serem incluídos na Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2025-2026. Em seguida, realizou-se uma reunião para discutir quais tópicos da Agenda 2023-2024 deveriam ser mantidos, quais precisavam ser revisados ou removidos e quais novas sugestões poderiam ser integradas à agenda. As discussões iniciais foram centradas na identificação de temas que pudessem continuar enriquecendo o ambiente de diálogo de alto nível entre os associados e associadas, a academia, especialistas e pesquisadores, assim como de toda a comunidade de relações governamentais no Brasil.

Em seguida, os temas identificados pela gestão foram apresentados aos associados e associadas do IRELGOV por meio de uma pesquisa. Nela, todos puderam (i) avaliar a relevância dos temas para a Agenda, (ii) classificar seu grau de importância e (iii) sugerir novos tópicos. Com base nas respostas recebidas, foi realizada uma nova rodada de conversas entre os membros da gestão para atualizar a lista de temas, incorporando o feedback dos associados e associadas.

Por fim, a Agenda foi submetida à análise de especialistas selecionados pela gestão do IRELGOV. Este documento apresenta a relevância dos temas para os profissionais de relações governamentais, bem como o escopo da produção de conhecimento que o instituto pretende desenvolver nos próximos dois anos. Assim, o IRELGOV, como um think tank de base associativa, cumpre seu propósito de produzir e disseminar conhecimento sobre relações governamentais e políticas públicas, fundamentando-se em perspectivas e avaliações conjuntas de todos os seus membros.

03 DIRETRIZES PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO



Ao produzir, debater e disseminar conhecimento sobre os dez temas abordados na Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas 2025-2026, o IRELGOV reafirma seu compromisso em seguir as seguintes diretrizes:

- 1 Foco na geração de impacto positivo e transformação da atividade, do profissional, das organizações e da reputação do Instituto;
- 2 Atenção especial à produção e difusão de conhecimento voltado à formação e ao aperfeiçoamento do profissional e das organizações;
- 3 Transparência, ética e integridade na produção, debate e difusão do conhecimento;
- 4 Estímulo e respeito ao diálogo e ao debate de diferentes temas, teses e posicionamentos;
- 5 Estímulo e respeito à diversidade e inclusão;
- 6 Honestidade intelectual e rejeição a qualquer tipo de ataque de natureza pessoal ou institucional;
- 7 Defesa da Democracia, do Estado Democrático de Direito, da Constituição Federal e de seus princípios e garantias fundamentais, da legislação infraconstitucional vigente e dos documentos fundadores do IRELGOV, incluindo seu Estatuto Social, Carta de Princípios e Código de Conduta e Ética; e
- 8 Priorização transversal do debate de tendências e boas práticas em relações governamentais.

TEMA 1: DEMOCRACIA

Contexto:

A crise democrática no Brasil é um reflexo de um fenômeno global de retrocesso nas instituições e nos valores democráticos, desafios que invariavelmente testam os pilares constitucionais construídos. Apesar de viver hoje o maior período de estabilidade democrática, o país tem enfrentado diversos desafios. A polarização política acentuada na última década exacerbou tensões sociais e resultou em ataques diretos ao Estado Democrático de Direito. A ascensão de discursos populistas, a proliferação de desinformação nas redes sociais e a crescente desconfiança nas instituições públicas têm contribuído para a erosão da confiança na democracia. Nesse contexto, as eleições se tornaram arenas de intensos conflitos, espelhando divisões sociais profundas, enquanto movimentos sociais e protestos emergem como respostas à insatisfação popular. O cenário atual é marcado por uma fragmentação que dificulta o diálogo e a construção de consensos.

No cenário global, a crise da democracia representativa se manifesta de várias maneiras, incluindo o aumento do autoritarismo em países que historicamente foram democráticos, a repressão à liberdade de expressão e a marginalização de vozes dissidentes. Em diversas nações, a erosão da democracia vem acompanhada do crescimento da desigualdade social e econômica, que intensifica a desilusão com as instituições democráticas. Mundialmente, a luta pela defesa e revitalização da democracia requer comprometimento coletivo para fortalecer as instituições e promover uma participação cidadã efetiva.

Objetivos:

- Discutir o impacto da polarização política na saúde da democracia brasileira;
- Debater o combate à desinformação sem prejuízo à liberdade de expressão;
- Fomentar a adoção de práticas de transparência nas ações governamentais e na interação público-privada, ressaltando sua importância para a confiança pública;
- Promover as melhores práticas internacionais que fomentem uma cultura de respeito, diálogo e cooperação, essenciais para revitalizar a democracia e desenvolver a atividade de relações governamentais;
- Analisar e sugerir melhorias nos normativos que regulam o processo legislativo das casas legislativas para contemplar as novas práticas vigentes no cotidiano parlamentar; e

- Discutir boas práticas de relações governamentais e institucionais na defesa da democracia.

Temas específicos:

- Os efeitos da polarização na formulação de políticas públicas e na governança;
- Combate à desinformação, sem prejuízo à liberdade de expressão, e a alfabetização política como desafios à democracia;
- Fortalecimento do Congresso Nacional e de suas frentes parlamentares;
- Orçamento Público brasileiro;
- Mecanismos de participação cidadã e tecnologia na promoção da democracia; e
- Riscos à democracia e o papel do IRELGOV na defesa das instituições democráticas.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 2: PARTIDOS POLÍTICOS

Contexto:

Além de sua função representativa, os partidos influenciam a governança e a estabilidade política, moldando prioridades nas agendas governamentais. A colaboração com partidos é vital para construir alianças estratégicas que promovam o interesse público. Para os profissionais de relações governamentais, entender essas dinâmicas é fundamental para alinhar suas iniciativas de *advocacy* com as realidades políticas, aumentando a efetividade de suas ações.

No Brasil, as novas regras eleitorais e do sistema partidário apresentam desafios significativos para os partidos. Alterações no financiamento de campanhas, no acesso à mídia e nas exigências de transparência e inclusão impactam diretamente suas estratégias operacionais. Além disso, a polarização política, as disputas de poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário, e a crescente desconfiança da população em relação às instituições são questões críticas que os partidos precisam enfrentar. Para se manter relevantes, é essencial que reorganizem suas práticas para aumentar a democracia interna e melhorem a comunicação com a sociedade. Para os profissionais de relações governamentais, entender essas dinâmicas é crucial para desenvolver iniciativas sensíveis às realidades políticas e sociais atuais.

Objetivos:

- Avaliar de que forma as recentes mudanças no sistema partidário influenciam as atividades de relações governamentais, identificando oportunidades e desafios para os profissionais da área;
- Analisar como as alterações na estrutura partidária podem promover maior transparência nas interações público-privadas e maior permeabilidade para a participação política dos cidadãos;
- Acompanhar e propor novas regras eleitorais e para o sistema partidário para superar o déficit democrático;
- Discutir e propor boas práticas de relações governamentais no relacionamento com lideranças e partidos políticos; e
- Discutir formas de financiamento de campanha e seus impactos na relação entre público e privado e no processo democrático.

Temas específicos:

- A modernização das regras para partidos para melhorar sua governança interna, o engajamento dos cidadãos e o surgimento de novas lideranças;
- O impacto das mudanças partidárias nas estratégias de *advocacy*;
- Desafios e oportunidades na nova dinâmica partidária;
- Transparência, ética e integridade nas relações público-privadas;
- Comunicação eficaz em um novo contexto político;
- Impacto das novas regras eleitorais na mobilização política;
- *Lobby* e financiamento de campanhas: implicações para o sistema eleitoral; e
- Reforma política em contextos nacionais e transnacionais.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 3: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Contexto:

O atual cenário da participação política no Brasil é marcado por uma complexa intersecção de desafios e oportunidades que impactam diretamente a representação de interesses da sociedade. Nos últimos anos, a polarização política, a desconfiança nas instituições e as novas regras eleitorais têm moldado o ambiente político, dificultando a construção de consensos e a efetiva participação da sociedade na formulação de políticas públicas. Além disso, o surgimento de novos movimentos sociais e a crescente mobilização digital têm proporcionado novas formas de engajamento cívico, mas também intensificado as divisões existentes.

As novas dinâmicas de participação política podem criar barreiras para a participação de grupos de interesse, especialmente para aqueles que não possuem recursos financeiros ou redes de influência consolidadas. A polarização, por sua vez, tende a marginalizar vozes dissidentes, dificultando o diálogo entre diferentes setores da sociedade e comprometendo a pluralidade nas discussões políticas.

Entretanto, esse contexto também abre espaço para uma representação mais diversificada e inclusiva. A crescente exigência por transparência e responsabilidade pode beneficiar os interesses da sociedade que operam de forma ética e que se alinham às demandas sociais. Também ganham força novas formas de participação na produção de políticas públicas e no controle social do poder público. Assim, há uma necessidade urgente de reavaliar as estratégias de engajamento político, onde colaboração e transparência se tornam fundamentais para a representação eficaz de interesses privados na esfera pública, além de contribuir para a construção de uma reputação positiva do lobby.

Objetivos:

- Analisar os atuais mecanismos de participação política e seus desdobramentos para as estratégias de relações governamentais;
- Explorar o potencial da mobilização digital como ferramenta para fortalecer a participação cívica e política;
- Fomentar novas formas de colaboração entre cidadãos, organizações, academia e representantes públicos para construção de políticas públicas e formas de controle do poder público;

- Discutir e propor boas práticas de transparência e ética nas relações governamentais e institucionais, destacando como isso pode beneficiar a reputação e a efetividade dos interesses públicos e privados; e
- Apontar eventuais desigualdades entre os grupos sociais e contribuir com políticas públicas de inclusão cidadã.

Temas específicos:

- Mecanismos de Participação Política e fortalecimento da prestação de contas dos agentes públicos;
- Ferramentas digitais para engajamento cívico;
- Estratégias para promover o diálogo entre sociedade civil e governo;
- O papel da academia na formulação de políticas públicas;
- Iniciativas de transparência nas relações governamentais; e
- Ferramentas de transparência, monitoramento e controle social da atividade pública.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais.

O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 4: PROFISSIONALIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

Contexto:

Apesar do progresso modesto na análise do Projeto de Lei (PL) de regulamentação do *lobby* no Senado, a tramitação da matéria entre as casas do Congresso reflete avanços significativos em direção à maior transparência e legitimidade nas interações entre os setores público e privado. Conforme aponta a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), "pesquisas recentes indicam que os cidadãos esperam que o setor privado se envolva mais, e não menos, com os governos em questões-chave da política. No entanto, isso traz expectativas adicionais sobre COMO esse engajamento ocorre e como ele influencia a formulação de políticas." O movimento pela regulamentação do lobby não busca apenas legitimar a atividade, mas também impulsionar a profissionalização do setor, ressaltando a importância da formação e do aprimoramento contínuo dos profissionais e das organizações envolvidas.

Objetivos:

- Aprofundar os debates sobre os modelos de regulamentação do lobby adotados em outros países, analisando suas implicações e comparando-os com a proposta em discussão para o Brasil;
- Examinar o Projeto de Lei (PL) em tramitação, identificando seus principais aspectos e possíveis desdobramentos;
- Avaliar os impactos da regulamentação na atuação profissional no Brasil, bem como suas implicações para a formação e o desenvolvimento contínuo dos profissionais da área; e
- Discutir e propor boas práticas de relações governamentais sobre a profissionalização e regulamentação da atividade de lobby no Brasil.

Temas específicos:

- Formação e aperfeiçoamento dos profissionais de relações governamentais, incluindo conhecimentos, habilidades e atitudes ideais para prática da atividade;
- Modelos organizacionais e de governança corporativa para relações governamentais;
- Saúde mental do profissional de relações governamentais;
- Educação e mercado de trabalho;

- Normas de “*due diligence*” europeias - *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) e *Corporate Sustainability Due Diligence Directive* (CSDDD) - e seus impactos para regulamentação do lobby;
- Modelos e impactos da regulamentação do lobby no Brasil e no exterior;
- Imagem e reputação do profissional de relações governamentais; e
- Boas práticas de enfrentamento às mais variadas formas de assédio dos profissionais de relações governamentais no âmbito público e privado.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais.

O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 5: ESTRATÉGIAS, TÁTICAS E MENSURAÇÃO DE RESULTADOS DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM NÍVEL INTERNACIONAL, NACIONAL E SUBNACIONAL

Contexto:

No cenário global, as estratégias de relações governamentais demandam monitoramento constante de temas complexos e adaptação às diversas normas e práticas de lobby que variam de país para país. Embora nem todas as organizações implementem essas práticas de maneira sistemática, é crucial que todas avaliem a influência das políticas globais nas realidades locais. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada das interações entre diferentes níveis de governo, além de identificar oportunidades para um engajamento mais eficaz e impactante.

No cenário nacional, a dinâmica de poder entre o Executivo, o Judiciário, o Congresso Nacional e as Agências Reguladoras tem grande impacto sobre a atividade de relações governamentais. O Congresso assume um papel cada vez mais ativo na formulação e revisão de políticas públicas, enquanto o Judiciário ganha protagonismo ao considerar os efeitos de suas decisões para a sociedade. As Agências Reguladoras, por sua vez, enfrentam uma tendência global de enfraquecimento, com alguns defendendo sua extinção para reduzir a burocracia e outros propondo que percam a independência e sejam incorporadas aos ministérios.

Nesse contexto, os profissionais de relações governamentais enfrentam o desafio de se adaptar a um cenário em que o diálogo com parlamentares, agentes reguladores e outras esferas de poder se torna ainda mais complexo.

Essa complexidade se estende ao nível subnacional, onde as redes de influência partidárias se tornam mais evidentes, revelando um emaranhado de conexões entre as esferas municipal, estadual e federal. Nesse cenário, as limitações técnicas no monitoramento e a identificação de nuances nas relações com stakeholders tornam-se ainda mais desafiadoras.

Em todos esses âmbitos, a integração entre estratégias, táticas e mensuração de resultados é fundamental para garantir que as ações de relações governamentais sejam eficazes e alinhadas com os objetivos desejados, forçando uma profissionalização das partes envolvidas.

Objetivos:

- Explorar e discutir modelos de análise preditiva e estratégias de gestão de stakeholders em nível internacional, nacional e subnacional, capacitando os profissionais com as melhores ferramentas para atuações especializadas;
- Ampliar o debate e propor boas práticas de mensuração de resultados em relações governamentais no âmbito público e privado;
- Fomentar que os resultados da atuação do profissional tornem-se cada vez mais disponíveis ao público; e
- Debater modelos de gestão em relações governamentais e promover sua disseminação para organizações e profissionais.

Temas específicos:

- Técnicas e práticas de gestão, monitoramento e avaliação de RIG;
- Desafios para mensuração de dados em relações governamentais;
- Modelos de KPIs (*key performance indicators*) para mensurar diferentes resultados em relações e governamentais;
- Estratégias e técnicas para atuação especializada em diferentes níveis de governo;
- Agências Reguladoras nacionais e boas práticas regulatórias;
- Integração regional e construção de coalizões na América Latina; e
- Gestão de *stakeholders* e fortalecimento de relacionamentos internos.

Apoiadores do tema:



DEXCO



ifood



sigalei



TSC | The Stakeholder Company

Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 6: TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE, COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Contexto:

Práticas de corrupção, tráfico de influência e outras são alternativas perniciosas para o relacionamento entre a sociedade e o Estado com efeitos negativos para todos. Essas práticas distorcem a alocação de recursos públicos, inviabilizam o debate, minam a confiança nas instituições e distorcem a concorrência, entre outros. Movimentos sociais, grupos de interesse e indivíduos que praticam relações governamentais e institucionais de maneira republicana e ética sofrem com a concorrência direta de agentes que utilizam meios escusos para fazer avançar seus interesses. Nesse sentido, é também responsabilidade dos agentes que compartilham uma visão republicana e democrática de agir para reduzir o espaço de atuação nas sombras. Portanto, o IRELGOV deve promover estudos, elaborar propostas e participar do debate público com o objetivo de promover as RIG (Relações Institucionais e Governamentais) de maneira republicana e democrática e reduzir o espaço de atuação de agentes e práticas perniciosas.

Há ainda um significativo vácuo na pesquisa sobre compliance, transparência e integridade aplicados à atividade de relações governamentais, especialmente no que diz respeito ao combate à corrupção. É evidente que as regras gerais de compliance precisam ser adaptadas para garantir que essa atividade seja conduzida de maneira ética, legal e, ao mesmo tempo, efetiva. Nesse contexto, os profissionais de relações governamentais desempenham papel crucial, não apenas na promoção da transparência, mas também na identificação e mitigação de riscos associados à corrupção. Muitos desses profissionais têm conseguido encontrar esse equilíbrio na prática, e a sistematização e disseminação desse conhecimento são fundamentais para a evolução dessa atividade no Brasil, fortalecendo a integridade e a confiança nas instituições.

Objetivos:

- Estimular o debate aprofundado sobre a aplicação dos princípios internacionalmente reconhecidos de transparência, integridade e *compliance* na rotina dos profissionais de relações governamentais, incluindo a perspectiva do combate à corrupção;
- Promover estudos, propostas e participar do debate público sobre as RIG e reduzir a incidência (ou a percepção de incidência) de práticas perniciosas como a corrupção, tráfico de influência e outros;

- Sistematizar e compartilhar o conhecimento prático adquirido por esses profissionais em relação à implementação das normas de transparência, integridade e *compliance*;
- Fomentar a integridade nas organizações, por meio do alinhamento entre as atividades de RIG e seus princípios éticos; e
- Promover a integridade e transparência nas ações desempenhadas pelos profissionais de relações governamentais.

Temas específicos:

- Combate à corrupção, tráfico de influência, patrimonialismo e clientelismo;
- Privacidade e proteção de dados no mapeamento de *stakeholders*;
- Aplicação de *compliance* no engajamento direto com tomadores de decisão;
- *Compliance* e financiamento político: abordagens e melhores práticas;
- Modelos de gestão de riscos relacionados à informação e à reputação organizacional;
- Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil;
- *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e *U.S. Foreign Extortion Prevention Act* (FEPA) e seus impactos;
- Governança e transparência nas relações governamentais; e
- Boas práticas de integridade e *compliance* no âmbito da atividade de relações governamentais.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 7: ESG, DEI (DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO) E SUSTENTABILIDADE

Contexto:

A integração de ESG (Ambiental, Social e Governança), diversidade e sustentabilidade nas relações governamentais reflete uma evolução nas práticas de engajamento político e corporativo, alinhando-se com demandas sociais e ambientais contemporâneas.

O conceito de ESG tem ganhado destaque como critério essencial para avaliar o desempenho das empresas, sendo cada vez mais exigido por investidores, consumidores e reguladores. Isso pressupõe que as organizações não apenas busquem lucros, mas também considerem seu impacto ambiental, a promoção da inclusão social e a transparência em sua governança.

Já a diversidade, equidade e inclusão (DEI), por sua vez, são aspectos fundamentais para garantir que diferentes perspectivas e vozes sejam ouvidas e devidamente endereçadas nas tomadas de decisão, na construção de políticas públicas e nas próprias estruturas profissionais de relações governamentais.

Em um cenário onde a polarização política é evidente, a inclusão de grupos sub-representados nas discussões políticas pode enriquecer o debate e levar a soluções mais robustas e equitativas. A sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões, busca equilibrar crescimento econômico com a proteção do meio ambiente e o bem-estar social, promovendo práticas que assegurem recursos para as futuras gerações.

Nas relações governamentais, essas três vertentes se entrelaçam, criando oportunidades para que os profissionais influenciem políticas públicas alinhadas a esses valores e fortaleçam o debate interno em suas empresas, corporações e entidades. No entanto, o avanço do movimento anti-ESG, com forte apoio nos Estados Unidos e um número crescente de adeptos na Europa, também afeta os profissionais de relações governamentais, que enfrentam o desafio de navegar em um cenário de maior polarização e pressão contra pautas de sustentabilidade e governança.

A promoção de diálogos entre a sociedade civil e stakeholders dos setores público e privado na construção de uma agenda robusta que incentive práticas sustentáveis e inclusivas é fundamental para construir um futuro mais justo e responsável.

Objetivos:

- Explorar a interconexão entre sustentabilidade, ESG, inclusão e diversidade no contexto das relações governamentais, destacando suas implicações estratégicas;
- Estimular o debate sobre sustentabilidade, ESG, inclusão e diversidade nas estratégias de relacionamento com stakeholders, assegurando sua presença na agenda transversalmente e nas diversas áreas de relações governamentais;
- Compreender os desafios do contramovimento anti-ESG e seus impactos no Brasil; e
- Analisar o papel de liderança que a área de relações governamentais desempenha nesse processo, considerando suas repercussões na reputação das organizações.

Temas específicos:

- A interconexão entre ESG, diversidade e sustentabilidade nas relações governamentais e nas estratégias de relacionamento com *stakeholders*;
- Responsabilidade corporativa, capitalismo consciente e o papel do capitalismo de partes interessadas nas políticas públicas;
- Agendas sociais nas relações governamentais: promovendo diversidade, inclusão e equidade nas estruturas profissionais;
- Padrões para relatórios de ESG, sustentabilidade, diversidade e inclusão;
- O contramovimento anti-ESG no Brasil e seus impactos para a atuação dos profissionais de relações governamentais;
- O papel do IRELGOV na promoção de diálogos setoriais sobre ESG, combate às mudanças climáticas e promoção da diversidade nas políticas públicas; e
- Boas práticas de diversidade e inclusão em relações governamentais.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 8: POLÍTICA INTERNACIONAL

Contexto:

Nos últimos anos, a política internacional tem enfrentado desafios complexos, incluindo o crescimento do populismo, a emergência de novos atores globais, tensões geopolíticas entre potências estabelecidas e a crescente relevância de questões transnacionais, como as mudanças climáticas e os novos avanços da tecnologia. Nesse cenário, as relações internacionais tornaram-se mais interdependentes, exigindo uma abordagem colaborativa para enfrentar problemas globais. Além disso, a diplomacia, o comércio e a cooperação multilateral são fundamentais para promover e a estabilidade e o progresso em um mundo cada vez mais interconectado. Portanto, a compreensão da política internacional é essencial para a formulação de estratégias eficazes nas relações governamentais e na construção de alianças e parcerias sólidas.

Objetivos:

- Examinar as principais tendências e dinâmicas da política internacional que afetam as políticas públicas no Brasil, incluindo a ascensão de novos poderes, mudanças geopolíticas e questões de segurança;
- Incentivar o diálogo e a colaboração com organizações internacionais, governos estrangeiros e agências multilaterais para abordar questões globais, como mudanças climáticas, comércio e direitos humanos;
- Avaliar o impacto de acordos e tratados internacionais nas políticas públicas brasileiras, promovendo uma compreensão aprofundada dos compromissos assumidos pelo país; e
- Fomentar a discussão sobre como as políticas internas podem ser alinhadas às exigências e oportunidades do cenário internacional, fortalecendo a atuação do Brasil no exterior.

Temas específicos:

- Análise de tendências geopolíticas: protecionismo e sanções econômicas;
- Diálogo multilateral e cooperação Internacional;
- Mapeamento de stakeholders internacionais; e
- A participação brasileira nas grandes cúpulas e eventos internacionais

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais.

O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 9: RELAÇÕES PÚBLICAS, *PUBLIC AFFAIRS* E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto:

As relações públicas, *public affairs* e relações governamentais são disciplinas distintas, porém interconectadas, que desempenham papéis essenciais na comunicação entre organizações, governos e sociedade. As relações públicas concentram-se na construção e manutenção da imagem de uma organização, utilizando comunicação estratégica, gestão da reputação e engajamento com o público. Já as relações governamentais englobam atividades como *lobby* e *advocacy* e focam no engajamento de tomadores de decisão, ou seja, atores governamentais com poder de decisão sobre determinada política pública. Em outras palavras, enquanto as relações públicas focam no ambiente de opinião pública e nos influenciadores do processo de tomada de decisão, as relações governamentais estão concentradas nos atores políticos. Há também o campo de intersecção entre relações públicas e relações governamentais que é o *Public Affairs*, ou Assuntos Públicos, que adota ferramentas de comunicação e de *environment shaping* para fomentar debates públicos e engajamento de stakeholders voltados para debates de políticas públicas.

A integração dessas disciplinas é fundamental em um ambiente complexo e dinâmico. Uma comunicação eficaz pode reforçar e amplificar a mensagem voltada para a política pública em questão, enquanto as estratégias de relações governamentais se beneficiam de abordagens de comunicação bem estruturadas. Essa sinergia não apenas potencializa o impacto das iniciativas de cada área, mas também contribui para um alinhamento mais eficaz entre os interesses organizacionais e as políticas públicas.

Compreender a interdependência entre relações públicas, *public affairs* e relações governamentais é crucial para profissionais que buscam influenciar decisões e construir relacionamentos duradouros. A colaboração entre essas disciplinas permite uma abordagem mais integrada e eficaz, essencial para navegar as complexidades do cenário contemporâneo de comunicação e governança.

Objetivos:

- Discutir o papel da comunicação (envolvendo mídias tradicionais, online e redes sociais) na execução de estratégias de relações governamentais;
- Aprofundar o entendimento do profissional de relações governamentais sobre o ambiente de comunicação;

- Referendar o IRELGOV como interlocutor na construção de reputação da atividade; e
- Apresentar boas práticas de projetos integrados de comunicação e políticas públicas.

Temas específicos:

- Papel da imprensa na cobertura das atividades de relações governamentais;
- Estratégias de comunicação para políticas públicas;
- Redes sociais e políticas públicas;
- Convergências e divergências entre relações públicas, public affairs e relações governamentais;
- Infodemia e ecossistema de desinformação e seus impactos nas estratégias de relações governamentais;
- Outros atores de interesse para as relações governamentais;
- Papel dos profissionais na valorização da mídia profissional;
- O impacto dos novos canais de comunicação para as estratégias de relações governamentais; e
- O IRELGOV como interlocutor com a opinião pública para construção reputacional.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais. O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

TEMA 10: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DAS RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Contexto:

Com o avanço da tecnologia, as plataformas digitais têm facilitado a comunicação e o engajamento, permitindo acesso mais direto e transparente à informação. Isso não apenas democratiza o acesso ao processo político, mas também altera a dinâmica de como os *stakeholders* se relacionam.

A digitalização possibilita a coleta e análise de grandes volumes de dados, que podem ser utilizados para entender melhor as necessidades e preocupações da sociedade, influenciando a formulação de políticas públicas. Já a inteligência artificial (IA) emerge como ferramenta poderosa nesse contexto, oferecendo oportunidades significativas para a análise de dados, a identificação de tendências e a personalização da comunicação com diferentes públicos. No entanto, a IA também apresenta desafios, como a necessidade de garantir a ética no uso de dados e a transparência dos algoritmos, além do risco de desinformação e manipulação.

À medida em que as práticas de *lobby* e *advocacy* evoluem, a adaptação a essas novas tecnologias se torna crucial para que os profissionais de relações governamentais possam operar de maneira eficaz em um ambiente cada vez mais digitalizado.

Objetivos:

- Identificar e aprofundar o uso de ferramentas e modelos digitais que proporcionem aos profissionais de relações governamentais acesso a informações de qualidade e técnicas de atuação eficazes, adaptadas ao contexto atual;
- Promover uma discussão aprofundada sobre as mudanças e impactos que essas novas técnicas e ferramentas digitais trazem para a prática de relações governamentais, avaliando suas implicações na eficiência e eficácia das atividades;
- Capacitar os profissionais de relações governamentais para que integre novas ferramentas digitais em seu dia a dia, fortalecendo suas habilidades e aumentando sua capacidade de adaptação às demandas contemporâneas; e
- Propor boas práticas de utilização de IA nas atividades de relações governamentais.

Temas específicos:

- Digitalização de serviços públicos e a inovação tecnológica no setor governamental;
- Digitalização e tecnologia nas políticas públicas;
- Transformação digital nas relações governamentais;
- Estratégias de *advocacy* digital e mobilização de bases;
- Engajamento de influenciadores e decisores digitais;
- Estratégias para avaliação de políticas baseadas em dados;
- Análise de dados para avaliação de políticas e impacto regulatório;
- Reflexos do uso de inteligência artificial na atividade do profissional de relações governamentais; e
- A tecnologia e o novo perfil do profissional de relações governamentais.

Apoiadores do tema:



Disclaimer:

O apoio dos associados pessoa jurídica do IRELGOV aos temas da Agenda de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Instituto é fundamental para o fortalecimento do debate e a promoção de boas práticas no campo das relações governamentais. No entanto, esse apoio não limita, direciona ou interfere nos conteúdos produzidos pelo IRELGOV, tampouco em seus posicionamentos institucionais.

O Instituto atua de forma independente, prezando pela pluralidade de perspectivas, pela imparcialidade e pelo compromisso com a qualificação do diálogo entre o setor público, privado e a sociedade civil, em alinhamento com seus valores e princípios institucionais.

EXPEDIENTE

LARA GURGEL – DIRETORA-EXECUTIVA

PABLO CESÁRIO – CONSELHEIRO DE CONTEÚDO

FABIANA MARRA – DIRETORA DE CONTEÚDO

THOMAZ D'ADDIO – CONSELHEIRO DE COMUNICAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

PATRICIA NEPOMUCENO – PRESIDENTE

JULIANA MARRA – VICE-PRESIDENTE

FELIPE CARVALHO – CONSELHEIRO DE PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

PABLO CESÁRIO – CONSELHEIRO DE CONTEÚDO

MARIANA GUIMARÃES – CONSELHEIRA JURÍDICA

THOMAZ D'ADDIO – CONSELHEIRO DE COMUNICAÇÃO

JÚLIA VIANNA – CONSELHEIRA DE PARCERIAS

VERÔNICA HOE – CONSELHEIRA DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL

CARLOS LIMA – CONSELHEIRO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

ARIELA ZANETTA – CONSELHEIRA DE CARREIRAS

*Agradecemos aos nossos(as) diretores(as), conselheiros(as)
consultivos(as), especialistas convidados(as) e associados(as)
pelo apoio na elaboração da Agenda IRELGOV.*

CONTATO

Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33 – sl. 151 Itaim Bibi -
São Paulo - SP CEP 04530-904

Fone: +55 11 98536-0012 / +55 11 99157-0920

E-mail: irelgov@irelgov.com.br